EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 1.085, DE 2023

Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

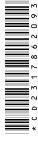
EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, alterado pelo art. 3º, o seguinte parágrafo:

"§ 9° - A multa de que trata o art. 510, no caso de infração ao disposto neste artigo, e sem prejuízo do disposto no § 6°, corresponderá a cinco vezes o maior salário pago pelo empregador, elevado em cem por cento em caso de reincidência."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 461, na nova redação dada pelo Projeto de Lei nº 1.085, de 2023, passa a prever que na hipótese de discriminação comprovada por motivo de gênero, raça ou etnia, além do pagamento das diferenças salariais devidas, o juízo determinará o pagamento de multa cujo valor equivalerá ao décuplo do maior salário pago pelo empregador, elevado em cem por cento em caso de reincidência.





Essa multa, porém, somente será aplicada na esfera judicial, enquanto que, na esfera administrativa, a multa atualmente prevista no art. 510 da CLT para o descumprimento do disposto no Título V, onde se encontra o art. 464, é de apenas 1 (um) salário mínimo regional, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais.

A presente emenda, assim, visa assegurar uma proporcionalidade entre a multa a ser aplicada na esfera administrativa, pela Fiscalização do Trabalho, e a multa aplicada em juízo de forma a que haja menor incentivo, pelo empregador, a contar com a inércia do Judiciário ou ausência de ajuizamento de ação pelo trabalhador.

Sendo a Fiscalização do Trabalho, por meio dos Auditores-Fiscais do Trabalho, autoridades trabalhistas responsáveis pela fiscalização as normas de proteção ao trabalhador, a sua atuação será mais efetiva no sentido de coibir a discriminação salarial entre homens e mulheres.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta casa para a APROVAÇÃO desta EMENDA.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2023.

Deputada LÍDICE DA MATA PSB/BA





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Da Sra. Lídice da Mata)

Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Assinaram eletronicamente o documento CD231786209300, nesta ordem:

- 1 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA) LÍDER
- 2 Dep. Felipe Carreras (PSB/PE) LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA *-(P_7818)
- 3 Dep. Jorge Solla (PT/BA) Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Luiz Couto (PT/PB) Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Felipe Becari (UNIÃO/SP)



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.